

CORREIO PAULISTANO



Comissão de finanças e orçamento

Orçamento municipal para 2026

Orçamento 2026 e PPA: Cultura será foco da 7ª Audiência Pública temática. Dia 13 de novembro (quinta-feira), a partir das 11h, a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de São Paulo realizará a 7ª Audiência Pública temática sobre a LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2026, prevista no PL (Projeto de Lei) 1169/2025, de autoria do Executivo. A peça orça-

mentária da cidade de São Paulo para o próximo ano está estimada em R\$ 135,4 bilhões, o que representa um aumento de 7,79% em relação ao valor atual, de R\$ 125,6 bilhões. Neste ano, além da LOA, a programação de audiências também terá na pauta o PL 1168/2025, que trata do PPA (Plano Plurianual) de 2026 a 2029, com a previsão de investimentos de R\$ 583,7 bilhões.

Política urbana

A Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo realizará uma Audiência Pública, na próxima quarta-feira (15), sobre o Projeto de Lei de número 1130/2025. De autoria do Prefeitura, a proposta revisa a Planta Genérica de Valores e altera a legis-

lação tributária da cidade, com foco na base de cálculo do IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano). O projeto já passou por uma audiência na CCJ (Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa) e foi aprovado em primeiro turno de discussão na Sessão Plenária no último dia 8.

Câmaras em debate

Uma parceria entre a Câmara Municipal de São Paulo e a Câmara dos Deputados de Brasília promoveu na última quinta-feira (9) um seminário para debater a proposta de reforma administrativa. A discussão, realizada no Legislativo paulistano, foi proposta pela deputada federal Luciene Cavalcante

(PSOL – SP) em conjunto com o vereador Celso Giannazi (PSOL). O encontro abordou os eventuais impactos gerados pela proposta de reforma administrativa, que está em tramitação no Congresso Nacional. O evento também tratou das possíveis ameaças aos direitos dos servidores públicos.

Aspas na Câmara I

Discursos sobre justiça tributária para moradias sociais e infraestrutura urbana foram os destaques da Sessão Plenária da Câmara Municipal de São Paulo da última quinta-feira (9). Os vereadores usaram a tribuna durante o pequeno expediente e os comunicados de liderança. Ambos os espaços de fala têm cinco minutos de duração. Lí-

der do governo na Câmara, o vereador Fabio Riva (MDB) voltou a exaltar os benefícios que a revisão da PGV (Planta Genérica de Valores) trará para a população. A matéria foi aprovada em 1º turno na última quarta (8). “Nesse projeto, em especial, nós estamos fazendo não só justiça tributária, mas justiça social”, disse Riva.

Aspas na Câmara II

Já o vereador Nabil Bonduki (PT) criticou a possibilidade de ampliação da Central de Tratamento Leste (antigo aterro São João) com a instalação de um incinerador no local. Ao invés das obras no local, Bonduki sugeriu a implementação do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos

Sólidos, discutido em 2013. “É um plano que propõe uma progressiva ampliação da coleta seletiva, do tratamento dos resíduos sólidos, a redução da geração de resíduos e também a implementação da compostagem como forma de tratar o resíduo orgânico”, disse Bonduki.

Aspas na Câmara III

O vereador Celso Giannazi (PSOL) falou novamente da precarização das condições de trabalho dos profissionais da educação da capital paulista. O vereador João Ananias (PT) abordou a situação da saúde na cidade de São Paulo. Questões administrativas da Câmara foram abordadas pela vereadora

Janaina Paschoal (PP). O acordo de paz entre Israel e Palestina foi o tema dos discursos dos vereadores João Jorge (MDB) – 1º vice-presidente da Câmara – Luna Zarattini (PT) e Silvia da Bancada Feminista (PSOL). Já o vereador Senival Moura (PT) tratou da redução da desigualdade social no país.

São Paulo terá 16 novos projetos de retrofit

Edifícios Martinelli e Copan fazem parte do Programa

Dezesseis novos projetos fazem parte da terceira rodada de apoio financeiro para a subvenção econômica e requalificação de edifícios no Centro da cidade de São Paulo.

A lista inclui ícones da arquitetura paulistana, como o Edifício Martinelli, o Copan e o Edifício 7 de Abril (antigo prédio da Telesp), que terão parte de suas obras de retrofit financiadas para impulsionar o adensamento populacional. A lista dos empreendimentos contemplados foi publicada no Diário Oficial da Cidade na última quarta-feira (8).

A seleção aprovada pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento (SMUL) contempla ainda a requalificação de outros marcos da arquitetura paulistana e de condomínios residenciais no Centro.

Também estão na lista o Residencial Cambridge, na região da Consolação, que já funcionou como hotel de luxo na década de 1950, e o Edifício H Lara, na Praça Antônio Prado, construído em 1959 pela família Toledo Lara, herdeira do Conde de Lara, à época o segundo maior proprietário de imóveis no Centro da cidade.

Entre os edifícios, figuram ainda obras de arquitetos renomados, como Ramos de Azevedo (sede do CAU-SP, na Rua Quinze de Novembro), Rino Levi (Edifício Lí-



Novo chamamento público recebeu aporte de R\$ 200 milhões

bero Badaró) e Jacques Pilon (Edifício Anhumas).

De acordo com a secretária Municipal de Urbanismo e Licenciamento, Elisabete França, o resultado deste terceiro chamamento reforça o compromisso da atual gestão com a requalificação do Centro de São Paulo. “Além de impulsionar a moradia popular, conseguimos ampliar a participação de condomínios e incentivar o retrofit de edifícios históricos que são verdadeiros marcos da cidade”, afirma. “O decreto que aprimorou as regras da Subvenção Econômica foi decisivo para diversificar os perfis dos projetos e fortalecer o objetivo da Prefeitura de promover um

Centro mais habitado, dinâmico e integrado”, concluiu.

Aporte recorde e destaque para habitação social

Este terceiro chamamento público recebeu um aporte recorde de R\$ 200 milhões. A iniciativa, parte da Área de Intervenção Urbana (AIU) do Setor Central, prevê um investimento total de R\$ 1 bilhão para cobrir até 25% dos custos das obras.

Dos 16 projetos credenciados, quatro contemplam unidades de habitação de interesse social (HIS): um para famílias com renda de até três salários-mínimos (HIS-1) e três para aquelas com renda de até seis salários-mínimos (HIS-2).

Transformação urbana

47 edifícios em processo de requalificação urbana, sendo 26 projetos aprovados pelo Requalifica Centro e 31 empreendimentos credenciados nos editais da Subvenção Econômica.

10 projetos participam de ambos os programas.

Dos projetos do Requalifica, 22 empreendimentos são destinados ao uso residencial (sendo 1 para Habitação de Interesse Social) e 4 empreendimentos para uso comercial (hospedagem e escritórios).

8 prédios já concluíram as obras de retrofit.

2.271 unidades residenciais aprovadas somente no Requalifica Centro.

Vacinação contra doenças preveníveis

A Prefeitura de São Paulo realiza, até o dia 31 deste mês, ações de Intensificação de Multivacinação 2025.

A iniciativa, promovida pelo Programa Municipal de Imunizações (PMI), tem como objetivo proteger crianças e adolescentes contra diversas doenças imunopreveníveis, atualizar as cadernetas de vacinação e reforçar a importância da imunização como estratégia essencial de saúde pública.

Durante todo o período, pessoas com menos de 15 anos (até 14 anos, 11 meses e 29 dias) poderão receber as doses previstas no Calendário Nacional.

Também estarão disponíveis imunizantes contra febre amarela, sarampo e HPV, este último destinado a adolescentes de 15 a 19 anos que ainda não completaram o esquema vacinal.

A ação tem o objetivo de reduzir a incidência de doenças que podem ser prevenidas com vacinação, manter a eliminação da poliomielite, dar continuidade às ações de combate ao sarampo e aproximar a população cada vez mais da imunização.

Um dos destaques da campanha será a “Semana da Criança”, que acontecerá entre 13 e 18 de outubro, com diversas ações em escolas, praças, parques e centros comunitários, ampliando o acesso da população.

O ponto alto da mobilização será o “Dia D”, em 18 de outubro, quando todas as Unidades Básicas de Saúde (UBSs) da capital estarão abertas das 8h às 17h.

Prefeitura lança sistema que permite descarte de lixo a qualquer hora



coleta com caminhões de carga lateral movidos a biometano

Desde a semana passada, a Prefeitura de São Paulo tem usado um novo sistema de coleta mecanizada de resíduos domiciliares na cidade.

O poder público instalou 912 contêineres na região da Vila Mariana, na Zona Sul, e o está usando caminhões de carga lateral movidos a biometano — combustível sustentável produzido a partir do próprio lixo dos aterros municipais.

O projeto beneficiará mais de 31,7 mil moradores e 15,6 mil domicílios, abrangendo 73,9 quilômetros de vias da região.

Segundo o diretor-presidente da SP Regula, João Manoel da Costa Neto, a população poderá colocar o resíduo dentro desses contêineres, a qualquer hora, sem precisar mantê-lo abrigado em casa à espera da coleta domiciliar.

Os contêineres fechados

ajudam a evitar mau cheiro, reduzir a presença de pragas e impedir que sacos rasgados espalhem lixo pelas ruas.

O sistema conta com dois caminhões de coleta de carga lateral, operando em dois turnos (diurno e noturno), além de um terceiro veículo reserva e um caminhão específico para a higienização dos contêineres.

A coleta será realizada de forma alternada, às segundas, quartas e sextas-feiras ou às terças, quintas e sábados.

A higienização dos contêineres ocorrerá quinzenalmente e a substituição dos equipamentos, feita de acordo com a necessidade.

A operação é realizada por meio da SP Regula, em parceria com a concessionária Ecourbis, responsável pela coleta, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares da região.

Os caminhões farão o recolhimento dos contêineres em dois turnos, diurno e noturno, com rotas alternadas às segundas, quartas e sextas-feiras ou às terças, quintas e sábados.

A higienização quinzenal e a substituição dos equipamentos serão feitas conforme a necessidade. Ao todo, 16 profissionais atuarão diretamente na coleta, limpeza, manutenção e supervisão do serviço.

A iniciativa integra um conjunto de investimentos da Prefeitura de São Paulo na modernização da gestão de resíduos e reciclagem, como a ampliação das cooperativas de triagem, que passaram de 20 para 30, com mais 20 em fase de estruturação.

Além disso, a iniciativa usa caminhões movidos a biometano, reduzindo a emissão de poluentes e a dependência de combustíveis fósseis.